

A CONTABILIDADE AMBIENTAL COMO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO DE CASO EM UMA CONCESSIONÁRIA DE VEÍCULOS.

Silvane Araujo de Queiroz*

Luciana Silva Moraes**

RESUMO

O presente estudo buscou investigar a contabilidade ambiental como ferramenta para o desenvolvimento sustentável: um estudo de caso em uma concessionária de veículos. Seu objetivo geral foi Identificar a contribuição da Contabilidade Ambiental para a utilização sustentável dos recursos naturais com vistas a minimizar o impacto socioambiental na empresa Buriti Veículos em Barreiras/BA. Seus objetivos específicos consistiram em: descrever os benefícios da Contabilidade Ambiental para as empresas na utilização sustentável dos bens naturais, atrelado ao crescimento econômico; identificar as variáveis existentes na inclusão da Contabilidade Ambiental nas empresas e verificar a contribuição da Contabilidade Ambiental aplicável na empresa Buriti Veículos em Barreiras, e sua contribuição para a sociedade com a minimização de impactos. A metodologia utilizada baseou-se em pesquisa de campo realizada na empresa, com a finalidade de conhecer como vem sendo realizada a gestão ambiental. Os resultados alcançados permite que se afirme a inexistência ainda de um processo concreto de gestão ambiental, que, entretanto, já vem sendo buscado junto aos órgãos ambientais, com a finalidade de regularizar a questão.

* Silvane Araujo de Queiroz – Bacharelado em Ciências Contábeis da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB. e-mail: silvanequeiroz@grupobrandao.com.br

** Orientadora Luciana Silva Moraes – Bacharel em Ciências Contábeis, Mestre em Gestão Ambiental, professora e pesquisadora da Faculdade São Francisco de Barreiras – FASB, no curso de Ciências Contábeis.

Palavras-chaves: Contabilidade ambiental. Gestão ambiental. Benefícios, sustentabilidade.

1. INTRODUÇÃO

A questão Ambiental atualmente é um assunto de destaque e de grande repercussão, levando-se em consideração a complexidade de seus efeitos, bem como sua abrangência. As várias ações humanas que vieram a degradar a natureza de forma geral, como a emissão de poluentes, as queimadas, as derrubadas de florestas, dentre outras, causaram muitos estragos levando-nos a sentir os efeitos dessas ações. A preocupação com o meio ambiente é de todos, de interesse dos governos, setores organizados da sociedade, assim como do meio empresarial.

Diante da criação de Leis, normas governamentais e a pressão da sociedade, as questões referentes ao meio ambiente passaram a fazer parte da gestão e da tomada de decisões das empresas, que perceberam a importância de adoção de políticas e normas de gestão ambiental, visando a reduzir o nível de poluição e agressão ao meio ambiente.

A indústria automotiva é um setor causador de grande impacto mundial, podendo se afirmar que, são produzidos mais de 60 milhões de veículos por ano em todo o mundo (OICA, 2005). A principal característica deste setor consiste na amplitude do raio das ativações econômicas e sociais entre as empresas do setor e diante dos fornecedores, distribuidores e afins, promovendo e enriquecendo, suas práticas de gestão, processos, produtos, relações junto aos empregados e consumidores (ARBIX E VEIGA, 2003). O setor automotivo brasileiro possui participação expressiva na economia, e representa mais de 13,5 % do PIB industrial, gerando mais de 1.300.000 empregos, tendo capacidade produtiva de 3,2 milhões de veículos por ano (ANFAVEA, 2006). A realização do trabalho se justifica, pela importância acadêmica de seus objetivos. Descrevendo características da percepção de algumas empresas, o trabalho pode tornar-se um referencial para outros estudos e pesquisas, ou contribuir com alguns dados que possam promover um maior conhecimento sobre a questão ambiental. Dentro do aspecto profissional, os tópicos a serem abordados ficarão à disposição dos interessados no tema, com informações acerca de algumas alternativas que podem ser aderidas em suas estruturas para atenderem as atuais exigências ambientais, como informações que

deem condições para que as empresas possam adequar-se ainda mais as tendências ambientais.

A transformação e a influência ecológica levam a uma ampliação de consumo de produtos e conseqüentemente um maior desenvolvimento nos negócios. A gestão ambiental e a responsabilidade social tornam-se importantes instrumentos gerenciais para competitividade das empresas. Segundo Ferreira (2002, p. 76) “A contabilidade ambiental, neste contexto, tem o papel de fornecer informações adequadas à mensuração dos eventos econômicos relacionados ao meio ambiente, permitindo uma correta avaliação do patrimônio”.

Buscou-se, desta forma, nesta pesquisa, responder à seguinte indagação: qual a contribuição da Contabilidade Ambiental para a utilização sustentável dos recursos naturais com vistas a minimizar o impacto socioambiental na empresa Buriti Veículos em Barreiras – Bahia?

A hipótese levantada foi: A utilização da Contabilidade Ambiental nessa empresa fará com que, os cuidados com o meio ambiente deixem de ser apenas fontes de despesas, tornando-se uma fonte de lucros. Uma concessionária que busque se reinventar, atendendo às exigências do setor, terá melhores resultados, diferenciando-se, por meio de sua responsabilidade social, tornando-se mais eficientes que seus concorrentes.

O objetivo geral foi Identificar a contribuição da Contabilidade Ambiental para a utilização sustentável dos recursos naturais com vistas a minimizar o impacto socioambiental na empresa Buriti Veículos em Barreiras/BA. Seus objetivos específicos consistiram em: descrever os benefícios da Contabilidade Ambiental para as empresas na utilização sustentável dos bens naturais, atrelado ao crescimento econômico; identificar as variáveis existentes na inclusão da Contabilidade Ambiental nas empresas e verificar a contribuição da Contabilidade Ambiental aplicável na empresa Buriti Veículos em Barreiras, e sua contribuição para a sociedade com a minimização de impactos.

2. GESTÃO AMBIENTAL

A problemática ambiental (a poluição e degradação do meio, a crise de recursos naturais, energéticos e de alimentos) surgiu nas últimas décadas do século XX como uma crise de civilização, questionando a racionalidade econômica e

tecnológica dominantes. Segundo Leff (2006), esta crise tem sido explicada a partir de uma diversidade de perspectivas ideológicas. Por um lado, é percebida como resultado da pressão exercida pelo crescimento da população sobre os limitados recursos do planeta. Por outro, é interpretada como o efeito da acumulação de capital e da maximização da taxa de lucro em curto prazo, que induzem os padrões tecnológicos de uso e ritmos de exploração da natureza, bem como formas de consumo, que vêm esgotando as reservas de recursos naturais, degradando a fertilidade dos solos e afetando as condições de regeneração dos ecossistemas naturais.

O Brasil busca constantemente uma linha de desenvolvimento, porém encontra-se no momento padecendo sobre os reflexos do denominado processo de globalização da economia, que tem trazido como efeito imediato o desemprego, o aprofundamento das diferenças entre ricos e pobres.

Segundo Leff (2006), estes processos históricos transformaram as práticas produtivas e degradaram a produtividade de seus ecossistemas, afetando as capacidades produtivas da população, sua dependência tecnológica e cultural, suas formas de sujeição ideológica e suas motivações para a inovação produtiva.

Para Santos (1995, p. 296).

De todos os problemas enfrentados pelo sistema mundial a degradação ambiental é talvez o mais intrinsecamente transnacional e, portanto aquele que, consoante o modo como for enfrentado, tanto pode redundar num conflito global entre o norte e o sul, como pode ser a plataforma para um exercício de solidariedade transnacional e intergeracional.

Verifica-se nas palavras de Santos (1995) que os problemas ambientais ultrapassam os limites da nacionalidade e de diferentes gerações. Os interesses são muito grandes em uma economia globalizada. Pois, ninguém está disposto a perder sequer parte de sua parcela de lucro, até porque não se pode esquecer que a sociedade é regida pela ética do lucro, do progresso sem limites e a qualquer preço.

As questões ambientais tornaram-se uma das maiores inquietações mundiais. Os detritos, a poluição, o buraco de ozônio o aquecimento global são problemas comuns em discussão. Quando se discute globalização e sustentabilidade, além das discussões mais gerais sobre globalização, encontra-se um conjunto de problemas que nos são muito familiares: a questão do poder local, a problemática das águas e dos diferentes tipos de poluição, a questão da qualidade

de vida, a questão do espaço público e a discussão sobre desenvolvimento (FERREIRA, 2003).

Para Ponting (1995, p.354)

Os desequilíbrios ambientais têm amplas e profundas raízes, tão diversificadas que possuem desde causas religiosas e culturais (exemplo histórico ocorrido na ilha de Páscoa que quase a levou a desertificação) até causas econômicas e políticas da civilização moderna (como exemplo da exploração das Ilhas Ocean e Island e Nauru, pelos ingleses no Pacífico em busca de fosfato para suas indústrias de adubo).

Os rumos do desenvolvimento urbano têm sido alvos crescentes da atenção de órgãos governamentais, entidades da sociedade civil e especialistas na área do conhecimento. Porém, encontra-se nas mãos do poder executivo a decisão, a vontade pública necessária para efetivar as bases, lançadas pela legislação, de um novo modelo de desenvolvimento, que tenha como característica a preocupação com a qualidade de vida.

2.1. CONCEITO DE CONTABILIDADE AMBIENTAL

Kraemer (2002) define a contabilidade ambiental como o estudo do patrimônio ambiental, dentre eles os bens, direitos e obrigações ambientais das entidades. A contabilidade ambiental pode ser considerada como sendo o estudo do patrimônio ambiental das entidades.

A primeira tarefa da contabilidade ambiental é compreender melhor este processo e os processos sociais relacionados. A segunda é buscar formas através das quais a Contabilidade possa ser ajustada dentro da atual ortodoxia, visando encorajar uma maior interação social e ambiental benigna (KRAEMER, 2002, s/p).

De acordo com Wernke (2000, p.44),

Quando se pensa em qualidade de meio ambiente, deve se levar em consideração pontos como a proteção dos consumidores e o desenvolvimento sustentável. Com vista a assegurar a sustentabilidade, as empresas buscam implementar mecanismos de gestão ambiental.

Trata-se, portanto, a Contabilidade Ambiental do registro do patrimônio ambiental de determinada entidade, e suas respectivas mutações - expressos monetariamente, e tem por objetivo propiciar elementos adequados aos usuários

internos e externos sobre os eventos ambientais que causaram modificações na situação patrimonial da respectiva entidade, quantificado em moeda.

2.1.1. Objetivos da Contabilidade Ambiental

Tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os seus efeitos de caráter econômico e financeiro que reproduzem tais transações, devendo assegurar, conforme Bergamini Junior (2000), que: os custos, ativos passivos ambientais e o desempenho ambiental tenha ampla transparência bem como que os usuários das informações contábeis necessitam de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade estabelecidos pela Resolução 750/93 do CFC – Conselho Federal de Contabilidade.

A Contabilidade Ambiental é um ramo da ciência contábil baseada na materialidade dos valores envolvidos. Segundo Bergamin Júnior (2000), para o usuário externo da informação contábil, tornar material toda informação que, não for evidenciada, ou que seja mal evidenciada, podendo levá-lo a erro grave de avaliação do empreendimento e de suas tendências, o que se aplica de forma plena às informações sobre o desempenho ambiental das empresas.

2.2. BENEFÍCIOS DA GESTÃO AMBIENTAL

O sistema de gestão ambiental facilita o processo de gerenciamento, proporcionando benefícios vários às organizações. North citado por Cagnin (2000) enumera os benefícios da gestão ambiental, que estão discriminados abaixo:

BENEFÍCIOS ECONÔMICOS
Economia de Custos
<ul style="list-style-type: none"> • Redução do consumo de água, energia e outros insumos. • Reciclagem, venda e aproveitamento dos resíduos, com a diminuição de efluentes. • Redução de multas e penalidades por poluição.
Incremento de Receita
<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da contribuição marginal de "produtos verdes", que podem ser vendidos a preços mais altos. • Aumento da participação no mercado, devido à inovação dos produtos e à menor concorrência. • Linhas de novos produtos para novos mercados. • Aumento da demanda para produtos que contribuam para a diminuição da poluição.
BENEFÍCIOS ESTRATÉGICOS
<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria da imagem institucional. • Renovação da carteira de produtos. • Aumento da produtividade. • Alto comprometimento do pessoal. • Melhoria nas relações de trabalho. • Melhoria da criatividade para novos desafios. • Melhoria das relações firmadas com órgãos governamentais, comunidade e grupos ambientalistas. • Acesso assegurado ao mercado externo. • Melhor adequação aos padrões ambientais.

Quadro 1 - BENEFÍCIOS ECONÔMICOS E ESTRATÉGICOS

Fonte: Adaptado de North, K. Environmental business management. Genebra: ILO, 1992. In: Cagnin, 1999.

Os benefícios com a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental estão fortemente ligados à mudança comportamental, aprendizado e inovação organizacional. Convém salientar que a existência de um plano ambiental formal, apesar de importante, não é suficiente, tendo em vista que a transformação da questão ambiental em valor da organização vai depender das ações da administração e de suas gerencias.

2.3. A CONTABILIDADE AMBIENTAL SISTÊMICA

Baseia-se a sociedade em resultados, e, desta forma, um sistema de informações que se volte para as atividades ambientais deve ser capaz de apresentar resultados de ações a ela referentes, não apenas em relação aos custos incorridos. Deverá o sistema de informações se delinear com vistas ao atendimento dessa característica básica, informação esta capaz de permitir ao gestor a avaliação do resultado de suas decisões.

As decisões focadas em uma gestão ambiental, irão decorrer da identificação da degradação ambiental, referindo-se às atividades que estejam associadas ao ciclo de vida dos produtos ou serviços (FERREIRA 1999). A gestão baseada em uma responsabilidade ambiental e focada num todo, tem como principais características, sendo as suas mais importantes decisões apresentadas em um modelo que contenha uma abordagem apta a reavaliar o patrimônio da organização tendo-se em vista a gestão socioambiental voltando-se para a identificar da relação dos efeitos de externalidades ambientais.

A organização deve ser considerada como parte integrante de um sistema maior, formando-se o seu patrimônio pela sinergia existente entre as questões naturais, sociais, culturais e econômica, contando com elementos de autorregulação de maneira que devem ser ajustados os valores apresentados pela contabilidade considerando-se a composição efetiva de seu patrimônio. Gastos ambientais relacionam-se direta ou indiretamente, ao processo de gerenciamento ambiental, compreendendo a todas as atividades próprias ao controle, preservação e para a proteção do meio ambiente, por meio da da recuperação de áreas contaminadas. A

classificação desses gastos, de forma contábil, será a de: ativos ambientais, custos ambientais e despesas ambientais, que poderão ser pagas a vista, ou gerar os passivos ambientais (RIBEIRO; ROCHA 1999).

Deve-se conhecer os custos ambientais, com a finalidade de se alcançar o seu gerenciamento adequado, devendo, desta forma, serem identificados, valorados e acumulados segundo a necessidade informacional, por produtos, processos, ciclos de vida, controláveis, não controláveis, fixos, variáveis, diretos ou indiretos. Essas formas de tratamento desses custos fará com que sejam subsidiados os processos de controle e de acompanhamento de seu comportamento, indicando ainda várias medidas em caráter corretivo, sinais de prejuízos ou de novas oportunidades passíveis de exploração pela organização (RIBEIRO ; ROCHA 1999).

Segundo esta abordagem deixam as externalidades de existirem segundo a ótica da contabilidade tradicional, passando a contabilidade sistêmica a reconhecer variações de patrimônio avaliando relações de causa e de efeito da empresa e o meio externo. Além disso, deve-se buscar reformular os princípios e as normas contábeis assim como a definição do patrimônio empresarial, conforme adotado pela literatura contábil, do objeto e dos objetivos da contabilidade.

2.4. CONTABILIDADE AMBIENTAL NACIONAL; FINANCEIRA E GERENCIAL

A Contabilidade Ambiental Nacional, refere-se a toda nação com vista a subsidiar e gerar informações a serem utilizadas para se acompanhar e avaliar as políticas macroeconômicas ambientais nacional. Aborda o acompanhamento, o gerenciamento e o controle de atividades ambientais da nação, envolvendo a exploração de jazidas de minérios, de reservas florestais, do controle de utilização de água e do solo.

Apenas no ano de 1998 que passou a Contabilidade Financeira Ambiental a contar com *status* de novo ramo da ciência contábil, a partir da finalização do “Relatório Financeiro e Contábil sobre Passivo e Custos Ambientais” pelo Grupo de Trabalho Intergovernamental das Nações Unidas de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade e Relatórios (ISAR – United Nations Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting).

Afirma a esse respeito Bergamini Junior (2000) que, em paralelo a este trabalho, vem o ISAR coordenando seus esforços para com o Comitê de Práticas de Auditoria Internacional (IAPC – International Auditing Practices Committee), buscando formalizar um conjunto de padrões de auditoria que estejam voltados para se verificar o desempenho ambiental conforme relatado nas demonstrações contábeis.

Conforme Kraemer (2006, p. 18):

A Contabilidade Financeira Ambiental tem o objetivo de registrar as transações da empresa que impactam o meio ambiente e os seus efeitos na posição econômica e financeira da empresa que reporta tais transações, devendo assegurar, conforme o autor acima, que: a) os custos, ativos e passivos ambientais estejam contabilizados de acordo com os princípios fundamentais da Contabilidade, e b) o desempenho ambiental tenha ampla transparência de que os usuários da informação contábil necessitam.

Esforços tem sido feitos em busca da proteção ao meio ambiente, mediante a redução, prevenção ou mitigação dos efeitos da poluição havendo, conseqüentemente, uma tendência para que abram as empresas para a comunidade de dados acerca de uma política ambiental, seus programas de gerenciamento ambiental e o impacto desse desempenho ambiental em seu desempenho econômico e financeiro.

Já a contabilidade ambiental gerencial, propõe-se ao uso de gestores para a tomada de decisão, sem que se tenha a obrigação para seguir formas legais para confecção e divulgação. Sua utilização para o gerenciamento das atividades empresariais, pode ter seus registros de forma a melhor satisfazer seus gestores. Trata-se a contabilidade ambiental gerencial do “processo de identificação, compilação e análise de informação, principalmente para propósitos internos. Está dirigida à administração dos custos, em especial para tomada de decisões administrativas no âmbito da produção e outro” (KRAEMER, 2006, p. 19).

2.5. SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Pode-se perceber a atual prática ambiental adotada pelas montadoras em geral, e que consiste em dar tratamento e disposição aos resíduos gerados. Neste sentido, as empresas deveriam buscar alternativas que atuem na redução do resíduo gerado e em seu reaproveitamento e, adotando inclusive novos critérios para a seleção de matéria-prima e tecnologia, ou seja, implementar um sistema de

gestão ambiental (SGA) (VILAS, 2006).

Um sistema de gestão ambiental é parte de um sistema global de gestão que provê ordenamento e consistência para que as organizações abordem suas preocupações ambientais, através da alocação de recursos, definição de responsabilidades e avaliação contínua de práticas, procedimentos e processos, voltados para desenvolver, implementar, atingir, analisar criticamente e manter a política ambiental estabelecida pela empresa (ABNT, 2004).

É interessante que a gestão ambiental seja abrangente e inclua desde os problemas econômicos e sociais até os da organização e os de seus colaboradores, passando inclusive pelos aspectos ligados ao setor industrial envolvido. Também são analisadas as interfaces do modelo de sistema de gestão ambiental com os modelos de sistemas de gestão da qualidade com a finalidade de apontar as similaridades que justificam a opção pela integração destes sistemas nas empresas (VILAS, 2006).

Para organizar e operar o sistema de gestão das empresas surgiram ferramentas gerenciais através das normas para gestão ambiental. De acordo com a NBR ISO 9000:2000 (ABNT, 2000), sistema de gestão é o conjunto de elementos inter-relacionados ou interativos, voltados ao estabelecimento da política e objetivos da empresa, bem como ao alcance destes objetivos. Considerando-se, portanto, como sendo a maneira pela a qual uma empresa gerencia seus processos ou atividades, tendo bem estabelecidos seus objetivos e princípios.

Complementa-se que o sistema de gestão ambiental é uma estrutura organizacional, a qual recomenda-se que seja periodicamente monitorada e analisada criticamente, a fim de que as atividades ambientais da organização possam ser dirigidas eficazmente e respondam às mudanças de fatores internos e externos. É ainda recomendado que cada pessoa da organização conheça e assuma suas responsabilidades quanto a melhorias ambientais (ABNT, 2004).

Para justificar a normalização de sistemas de gestão, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) relaciona dois tipos de benefícios (ABNT, 2002):

- Os qualitativos, que permitem utilizar adequadamente os recursos (equipamentos, materiais e mão-de-obra), uniformizar a produção, facilitar o treinamento da mão de obra, melhorando seu nível técnico, registrar o conhecimento tecnológico, e facilitar a contratação ou venda de tecnologia.

- Os quantitativos, que permitem reduzir o consumo de materiais e desperdícios, padronizar componentes, padronizar equipamentos, reduzir a variedade de produtos, fornecer procedimentos para cálculos e projetos, aumentar a produtividade, melhorar a qualidade e controlar processos.

2.6. NORMAS AMBIENTAIS

Os princípios para a gestão ambiental internacionalmente conhecidos estão descritos na série de normas ISO 14000, na norma inglesa BS 7750, na europeia EMAS (*Eco-Management and Audit Scheme*). O fato de esta pesquisa fundamentar-se na série ISO 14000 justifica-se devido à sua ampla difusão no Brasil e à compatibilidade com outras normas de gestão existentes.

De acordo com a *Internacional Organization for Standardization* (ISO), normas podem ser definidas como “acordos documentados, constituídos de especificações técnicas ou outros critérios estabelecidos para serem usados coerentemente como regras, orientações, ou definições de características, para assegurar que materiais, produtos e processos e serviços estejam estritamente aptos ao seu propósito” (ISO, 1996).

Uma norma ambiental é a tentativa de homogeneizar e padronizar conceitos, ordenar atividades e criar procedimentos que sejam reconhecidos por aqueles que estejam envolvidos em alguma atividade produtiva que gere impacto ambiental. As normas elaboradas pela ISO não possuem valor normativo, ou seja, não possuem caráter de obrigatoriedade. O desenvolvimento desse tipo de norma responde às recentes exigências de um desenvolvimento sustentável da comunidade internacional (ALMEIDA et al., 2004, p. 39).

A série ISO 14000 compõe-se por várias normas, as quais podem ser separadas nas seguintes áreas: auditoria ambiental e outras investigações ambientais relacionadas, avaliação de desempenho ambiental, selo ambiental, análise do ciclo da vida, aspectos ambientais dos produtos, termos e definições (VILAS, 2006).

Os documentos pertencentes à série ISO 14000 aplicam-se genericamente a todas as organizações e distinguem-se em seu contexto de aplicação. Do ponto de vista organizacional, são adotados os documentos relativos ao sistema de gestão ambiental, auditoria ambiental e análise de desempenho ambiental. Já os documentos para declarações e requisitos ambientais e para análise de ciclo de vida

são aplicados a produtos e serviços (VILAS, 2006).

2.6.1. Implantação de sistemas de gestão ambiental (SGA) segundo a norma NBR ISO 14.001

O Sistema de Gestão Ambiental conforme as normas ISO 14001 tem entre os elementos integrantes de uma política ambiental, o estabelecimento de objetivos e metas, o monitoramento e medição de sua eficácia, a correção de problemas associados à implantação do sistema, além de sua análise e revisão como forma de aperfeiçoá-lo, melhorando desta forma o desempenho ambiental geral (MAIMON, 1999).

A ideia de aperfeiçoamento é central para a questão ambiental em sua abordagem sistêmica, tendo-se em mente a complexidade em que se encontra inserida, o que demanda contínua adaptação a novos elementos que surgem. O sistema de gestão ambiental apresenta-se como um processo estruturado que possibilita a melhoria contínua, num ritmo estabelecido pela organização de acordo com suas circunstâncias, inclusive econômicas (VALLE, 2004).

Frente à implantação dos sistemas de gestão ambiental, tem se apresentado a norma da série ISO 14001 como novo elemento no panorama gerencial organizacional. Segundo a lógica gerencial, existem razões estratégicas para o enorme crescimento do número de empresas, que aderem anualmente a ISO 14001.

É cada vez maior a tendência mundial em se buscar a melhoria no processo de gestão ambiental, que vem deixando de ser uma função complementar das operações empresariais. Em muitas empresas proativas, a gestão ambiental tornou-se uma questão estratégica, e não uma questão de atendimento a exigências legais. A ISO 14001 proporciona um amplo quadro contextual para a implantação de uma gestão ambiental estratégica (DONAIRE, 1999).

A preocupação relacionada com uma abordagem estratégica vai refletir a necessidade de dar a gestão ambiental um papel abrangente no contexto organizacional, proporcionando um arcabouço que subsidie e oriente suas várias iniciativas em relação a uma ampla diversidade de variáveis contextuais relacionadas. O papel estratégico da ISO 14001 resulta da própria forma com que ela foi estruturada. Isso acaba evidenciando-se através da Norma ISO 14004, a qual estabelece os princípios de um sistema de gestão ambiental (ABNT, 2004).

Conforme Valle (2006, p. 50):

Para atender aos Requisitos do SGA é fundamental a extrema necessidade do comprometimento da alta administração com a realização de avaliação ambiental inicial e o estabelecimento de uma política ambiental. Ao considerar tais questões, a política ambiental assume um caráter sistêmico, pois passa a se relacionar com uma multiplicidade de outros sistemas organizacionais, além daqueles que já fazem parte do SGA.

A fase de Verificação trata da medição e do monitoramento do desempenho ambiental, possibilitando ações corretivas e preventivas, além de registros do sistema de gestão ambiental e gestão da informação.

2.7. IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA GESTÃO AMBIENTAL PARA AS CONCESSIONÁRIAS

O papel estratégico da gestão ambiental organizacional tem se evidenciado por contar com uma série de constatações que se relacionam com o ambiente no qual atuam as empresas.

Uma síntese deste fato deriva da observação de que as empresas tornaram-se expostas a cobranças de posturas mais ativas com relação à responsabilidade sobre seus processos industriais, resíduos e efluentes produzidos e descartados, bem como o desempenho de seus produtos e serviços em relação à abordagem de ciclo de vida. Não é mais suficiente analisar apenas o processo produtivo, mas sim olhar o produto em toda sua trajetória, ou seja, desde a matéria prima até o descarte final. (MARTINI JR ; GUSMÃO, 2003, p.88).

Informações provenientes desse macro ambiente vão indicar uma situação bastante preocupante, servindo para alertar acerca do impacto causado por diferentes nichos da atuação industrial. Ainda no ramo industrial, deve-se observar a especificidade do tipo de indústria, tendo-se em vista a existência de uma desigualdade no que se refere ao impacto dos diferentes ramos de atividades. “Isto ocorre, porque a poluição gerada é influenciada pela forma de uso de insumos, matérias-primas, água e energia no processo de produção e intensidade de incorporação de tecnologias limpas” (REIS *et al.*, 2005, p. 1201).

No decorrer da vida útil dos veículos, a partir da necessidade de substituição de suas peças e componentes, faz-se necessário uma gestão ambiental adequada do setor de serviços, que precisam dar uma destinação correta no que se refere ao

descarte desses materiais. Estes procedimentos possuem regulamentações ambientais bastante severas, algumas como as resoluções do CONAMA 09/93, 257/99, 258/99, 272/00 que tratam respectivamente sobre descarte e disposição de óleos, baterias, pneus e ruídos. Para as concessionárias de veículos, a consequência desse cenário é um crescimento substancial na demanda de reposição de autopeças e manutenção veicular, tornando-se imperativo a criação de uma metodologia de gestão ambiental, até então pouco comum no Brasil, que deverão respeitar as formas corretas de disposição e descarte dos resíduos gerados tanto pela reposição quanto pela reparação de veículos em condições inadequadas de uso (VILAS *et al*, 2006).

Conforme Bianchi (2003) a certificação de gestão ambiental objetiva certificar a adoção pela empresa de um SGA de acordo com determinada norma. Recentemente, passaram esses instrumentos a integrar o **marketing** da empresa que possui o certificado, representando diferencial no mercado. O avanço nos meios de comunicação e mídia contribuem para que se as empresas sejam obrigadas a se adequar às regras atuais de certificação ambiental.

3. METODOLOGIA

Para que se chegasse aos objetivos propostos, o método utilizado foi o indutivo no qual se busca através de levantamento particular, chegar a conclusões gerais, partido do específico para o geral. A metodologia utilizada se baseou em pesquisa bibliográfica em livros, revistas, e materiais disponíveis na internet, sobressaltando a busca de subsídios com a análise da doutrina sobre a contabilidade ambiental como ferramenta para o desenvolvimento sustentável em concessionárias de veículos. Além disso, em uma segunda etapa, foi realizada pesquisa de campo na empresa Buriti Veículos em Barreiras - BA, com vistas a se identificar a contribuição da Contabilidade Ambiental como ferramenta para minimizar o impacto socioambiental, por meio das ações que porventura já venham sendo realizadas ou que possam ser propostas.

Foram realizadas leituras reflexivas, que consistirão na busca de material para sua melhor compreensão, seleção e análise desses textos, e também fichamento das obras lidas e de todo o material a ser utilizado na pesquisa. Por meio da pesquisa exploratória pretendeu-se encontrar elementos que possibilitem

visualizar as diferentes maneiras de se abordar tal fenômeno. Esta pesquisa teve de natureza qualitativa.

Os instrumentos técnicos para a coleta e dados em campo foram: a) Observação assistemática; b) Diagnóstico atual dos fatores ambientais mais significativos com realização de entrevistas semiestruturadas. Além disso, serão levantados dados a respeito do tema; organização do material e pesquisa em revistas especializadas; pesquisa genérica sobre a solução de problemas quanto à Contabilidade Ambiental; análise crítica do material coletado para a formulação conceitual proposta na pesquisa. Para que possam ser alcançados os seus objetivos, a pesquisa foi dividida em capítulos.

No primeiro capítulo, buscou-se introduzir a temática aqui analisada, delineando-se os objetivos desta pesquisa, as hipóteses e problema levantados, bem como a metodologia utilizada. No segundo capítulo, foram analisados a Contabilidade Ambiental e a questão da sustentabilidade e base econômica da empresa; sendo ainda descritos os benefícios da Contabilidade Ambiental e as variáveis da Contabilidade Ambiental, a Contabilidade Ambiental Financeira e a Contabilidade Ambiental Gerencial. No terceiro capítulo, foram analisadas as questões relativas à Buriti Veículos em Barreiras, e sua contribuição na redução de custos para a empresa mediante a minimização dos impactos socioambientais. Por fim, no quarto e último capítulo, foram expostas as considerações finais as quais se chegou neste estudo.

4. RESULTADOS

4.1. ESTUDO DE CASO: CONCESSIONÁRIA BURITI VEÍCULOS

A Buriti Veículos Peças e Serviços Ltda., iniciou suas atividades em março de 2005. Está localizada na Rod. BR 242, Km 2, no Bairro Novo Horizonte, na cidade de Barreiras-BA. Atua no ramo automobilístico e sua atividade principal é o comércio varejista de veículos, peças e serviços. É uma empresa de porte médio, e seu regime de tributação é o lucro real. Atualmente, seu quadro de funcionários conta com 53 colaboradores, sendo 3 deles jovens aprendizes.

De acordo com a NBR ISO 14000 (1996), a incorporação do SGA na estrutura de uma organização é capaz de ostentar um equilíbrio e integração dos

interesses econômicos e ambientais, o que pode alcançar vantagens competitivas significativas. A NBR ISO 14001:2004, norma que referenciou o Sistema de Gestão Ambiental, foi adotada pela empresa Buriti Veículos, propõe-se à implementação de procedimentos que abordam seus aspectos ambientais e impactos significativos ao meio ambiente (MANUAL AMBIENTAL – BURITI VEÍCULOS, 2008).

A partir da sistematização do estudo dos impactos ambientais de acordo com os aspectos ambientais que estão presentes nas atividades da Buriti Veículos, pode-se considerar a empresa como poluidora, necessitando de um licenciamento ambiental e de outras exigências legais pertinentes, que já começaram a ser pedidas nos órgãos responsáveis. Para efeito da investigação e aplicação dos requisitos legais do Sistema de Gestão Ambiental, foram elencados os seguintes impactos ambientais, conforme o Manual Ambiental – Buriti Veículos (2008):

- Poluição hídrica – geração de efluente
- Poluição do solo – resíduos Classe I Classe IIA e Classe IIB
- Poluição atmosférica - emissões gasosas CO₂ e CO, emissões de substâncias controladas pelo Protocolo de Montreal
- Poluição Sonora- geração de ruído

De acordo Moura (2004), e tendo como base a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (6938/1981), empresas consideradas poluidoras potencialmente deverão requerer junto ao órgão ambiental competente, que sejam realizados estudos de impacto ambiental e licenciamento das suas atividades. A Lei 6938 de 31 de agosto de 1981, da Política Nacional de Meio Ambiente estabeleceu todas as atividades que podem ser consideradas como potencialmente poluidoras e utilizadoras de recursos naturais, tendo definido em seu Art 3º, inciso VI, poluidor como: “poluidor, a pessoa física ou jurídica, de direito público ou privado, responsável, direta ou indiretamente, por atividade causadora de degradação ambiental”.

A Resolução do CONAMA 237, de 19 de dezembro de 1997, no seu Art 1º define licenciamento ambiental, como sendo:

Licenciamento Ambiental: procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos

ambientais, consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso.

Todas as ações necessárias para a efetivação dos objetivos e metas ambientais adotados são descritos nos Planos Ambientais, que compõe o Programa Ambiental de prevenção à poluição.

As estratégias para a implantação dos referidos Planos estão descritos no Tabela 01.

PLANOS	ESTRATÉGIAS
Plano de Controle de Poluição hídrica (monitoramento do sistema SAO, controle das operações do lava-jato e otimização de efluente)	Promover a troca de produtos, promover processo de educação ambiental continuamente, promover o controle do consumo da água
Plano de Mitigação de Emissões Gasosas (emissões de CO e CO ₂ e controle de gases relatados no Protocolo de Montreal)	Promover plantio de árvores para neutralização de emissões carbônicas, integrar a comunidade neste processo.
Plano de Redução de desperdício de Recursos (consumo de energia e água)	Promover processo de educação ambiental continuamente
Plano de Gerenciamento de Resíduos (separação, armazenagem e encaminhamento de resíduos gerados)	Promover a correta separação por classes, encontrar parceiros economicamente interessantes para o reaproveitamento, procurar tecnologias alternativas para o encaminhamento dos resíduos. Promover responsabilidade social

Tabela 1 - Estratégias dos Planos Ambientais do SGA da Buriti Veículos.

Fonte: Planos Ambientais e estratégias – Manual Ambiental, Buriti Veículos, 2013.

O Programa de Redução da Poluição tem por base, a inserção de novos procedimentos nas atividades dos processos de serviços realizados pela empresa, no âmbito de gerenciamento de resíduos, não desperdício de recursos naturais e redução de custos. Todo esse sistema é possível de ser efetivado através da estrutura de responsabilidade e autoridades, da *Buriti Veículos*, que estabelece o compromisso da direção, de seus gerentes, departamento de meio ambiente e encarregado técnico, na conduta da implantação do SGA.

Os treinamentos ministrados para toda a organização, segundo a Buriti Veículos (2013), abrangem conhecimento e funcionamento do SGA, educação ambiental, procedimentos ambientais e emergências ambientais, fundamentais à eficiência da implantação do SGA. Para a Concessionária *Buriti Veículos*, a adequação ao SGA representa o compromisso com a melhoria contínua de seus processos tais como, otimização de custos e serviços, prevenção à poluição, atendimento à legislação, promoção da educação ambiental aos funcionários e busca de novos clientes estendendo à comunidade a importância do cuidado com o

meio ambiente. Essas responsabilidades são asseguradas, pela Política Ambiental da *Buriti Veículos*, estabelecido pela alta direção, que expressa através dela, suas intenções na envoltura e motivação de todos os *stakeholders*, na incorporação de uma nova cultura disseminada na empresa.

4.2. EMPRESA SUSTENTÁVEL

A implantação do SGA, na Concessionária *Buriti Veículos*, resulta de um amplo leque de vantagens. Para entender o resultado dessa implantação, ressalta-se a abrangência da questão sustentabilidade, fator primordial na construção do SGA, essencial na evolução de empresa sustentável.

De acordo com Savitz, (2007) o termo sustentabilidade, durante a década de 80, originou da conscientização crescente em promover o crescimento da economia sem destruir o meio ambiente ou sacrificar o bem-estar das futuras gerações. O termo denota uma ideia poderosa e objetiva de empresa: A empresa sustentável, que decifra como sendo aquela que gera lucro para os acionistas, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas com que mantém interações.

A sustentabilidade promove benefícios não só para a sociedade, mas também é capaz de beneficiar a lucratividade das empresas, relata. A empresa sustentável que age de forma adequada numa inter-relação constante com os indicadores econômicos, ambientais e sociais, conhecido como Tríplice Resultado (TR), encontra o ponto de sustentabilidade: o lucro, com responsabilidade social e ambiental. Esse é o verdadeiro sucesso da empresa sustentável. (ZAVITZ, 2007).

Os acionistas da Concessionária *Buriti Veículos* impulsionados pela competitividade de produtos, atividades e serviços, locaram para uma nova sede com estrutura inovadora, grande e autêntica, referência para as demais concessionárias. O prédio construído atende o padrão Toyota do Brasil e possui todas as instalações adequadas desde atendimento ao cliente e serviços até prevenção à poluição da água.

Mediante a grande concorrência existente no ramo automobilístico, a alta administração da *Buriti Veículos SA* acredita que um bom indicador de desempenho, venha a proporcionar um diferencial às demais empresas do ramo. A estratégia utilizada é a satisfação do cliente pelos serviços oferecidos e a marca

Toyota.

As questões de sustentabilidade, aquelas que geram o passivo ambiental na concessionária Buriti Veículos envolvem:

- Geração de resíduos sólidos;
- Geração de resíduos líquidos;
- Geração de emissões atmosféricas;
- Geração de emissões sonoras;
- Desperdício de recursos naturais.

A estratégia da utilização do ponto doce da sustentabilidade da empresa, de acordo com Savitz (2007), é o método produtivo de refletir e raciocinar em termos de minimização e otimização. Segundo Valle (2006, p. 76):

O propósito da minimização é a redução dos danos ecológicos, dos acidentes de trabalho e dos malefícios à comunidade. Minimização é “ser menos prejudicial”. Para a empresa, de um modo geral, minimizar significa reduzir o tamanho das suas “pegadas” em termos de impactos ambientais, sociais e econômicos adversos resultantes de suas atividades.

Do ponto de vista do mesmo autor, a otimização tem por objetivo “ser mais benéfico”, no sentido de produção de benefícios positivos na área de impacto ambiental, social e econômico. A otimização procura não só reduzir a poluição, mas restaurar o meio ambiente; não só eliminar os acidentes trabalhistas, mas também contribuir para a saúde e felicidade dos colaboradores; não só reduzir o impacto à comunidade, mas também revitalizá-la.

Na operacionalização da sustentabilidade, programa ou projeto, devem ser definidos, de acordo com Savitz (2007) os objetivos, os processos e indicadores-chave de desempenho. Os objetivos devam ser definidos de acordo com a estratégia e é indispensável para esclarecer o que está tentando realizar e ainda, possibilita a avaliação do progresso. Este último é inserido a criação de procedimentos e indicadores-chave para o monitoramento do mesmo.

4.2.1. Questões de sustentabilidade

• Geração de resíduos sólidos

O desenvolvimento do Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS) na concessionária Buriti Veículos atenderá ao Plano Ambiental de

separação, armazenagem e encaminhamento de resíduos gerados. O impacto ambiental a ser tratado é a poluição do solo. Seu objetivo do PGRS é encaminhar os resíduos gerados e dar destino final correto de acordo com a classificação da NBR 10.004/2004. O destino final correto é uma ação essencial que deve ser incorporada na rotina da organização, a partir da segregação dos mesmos pelos colaboradores.

Moura (2004) recomenda que o gerenciamento dos resíduos sólidos deve ser de forma integrada e adequada, na procura da melhor opção a visar sempre que possível, os 4 Rs (redução, reuso, recuperação e reciclagem). A implantação do PGRS até o mês de março de 2014 estipula um desempenho ambiental considerável, com uma separação de 80,65%, visto que a meta de alcance de 90% da separação é prevista para o mês de abril de 2014.

A destinação final dos resíduos é realizada por empresas terceirizadas, responsáveis pelo destino correto final de cada resíduo gerado. Através do resultado de separação de resíduos sólidos e contratação de stakeholders externos responsáveis por destinação final pode-se afirmar que, a organização caminha para uma empresa sustentável. A Figura 06 ilustra o ponto doce da sustentabilidade, na concessionária.

• **Geração de resíduos líquidos**

O Programa de Redução e Controle da Poluição Hídrica (PRCPH) da concessionária Buriti Veículos atenderá ao Plano Ambiental otimização e monitoramento do sistema SAO (separação de água e óleo) e plano de otimização e controle das operações do lava-jato. Visa atingir a eficácia da caixa de efluentes. Os efluentes gerados na Buriti Veículos são oriundos da lavagem de veículos no lava-jato, lavagem da oficina mecânica e lavagem das dependências da empresa e banheiros sanitários.

Os efluentes do lava-jato e oficina mecânica são encaminhados através de calhas e caixa de passagem para o sistema de tratamento existente na empresa. Já os efluentes da empresa em geral e banheiros sanitários são despejados na rede coletora de esgotos. O bom gerenciamento e controle do PRPCH resultam no atendimento à legislação pertinente aos valores máximos permitidos de uma série de parâmetros, para lançamento de efluentes na rede coletora de esgotos, o que propicia no controle da poluição hídrica, redução do consumo de água e conseqüentemente, menores custos à organização.

- **Geração de emissões gasosas**

A geração de emissões gasosas na Buriti Veículos são oriundos do fluxo de veículos dentro da concessionária e por km rodado de veículos de cada funcionário na trajetória casa-trabalho e vice versa. Moura (2004) sugere o investimento em tecnologias de controle de poluição do ar, como a compra de equipamentos de controle de material particulados e equipamentos de controle de gases.

- **Geração de ruídos**

A questão de geração de ruídos na concessionária Buriti Veículos, não foi priorizado de forma a atender um Programa Ambiental. A poluição sonora é tratada apenas com o controle de monitoramento de suas emissões. Deve-se realizar anualmente a medição da poluição por uma empresa responsável contratada para o controle de Poluição Sonora para a adequação aos parâmetros da legislação vigente.

Os investimentos para o controle e monitoramento estão relacionados às medições anuais, treinamentos de funcionários empenhados na educação ambiental e entendimentos da importância de se adotar Programa Silêncio. Quanto ao Programa de Comunicação Interna está sendo elaborado pelo setor CPD da Buriti Veículos, com intuito de reduzir o ruído dos telefones internos, que acaba por diminuir também o gasto de aparas branca.

- **Desperdício de recursos naturais**

As empresa tem como metas reduzir o consumo de energia elétrica em 2 anos em 10%, a partir da média de consumo registrada em 2007 e reduzir o consumo de água em 2 anos em 10%, a partir da média de consumo registrada em 2013. Quanto à redução de aparas branca, ainda não foi constatado sua análise de estudo de redução mensurável. Por outro lado, já se encontra implantado a adoção do papel reciclado em toda a empresa. Quanto ao plano de redução de água não pode ser analisado, pois a referência da meta está relacionada com a média de consumo do ano de 2013.

4.3. VISÃO SISTEMÁTICA DO SGA

De acordo com Bettioli (1996) um dos principais benefícios da implantação

da ISO 14001: 2004 no âmbito de certificação é o cumprimento à legislação ambiental, evitando punições legais do seu não cumprimento. Bettiel (1996) ainda refere-se aos benefícios quanto à identificação de desperdícios e produtos potencialmente poluidores, otimização do tempo de produção, de matérias-primas, diminuição da geração de resíduos, economia de energia e água, além de estabelecer e manter procedimentos de preparação e atendimento às emergências.

Para a Concessionária Buriti Veículos, os benefícios poderão ser percebidos tendo-se em vista a melhoria de seu desempenho ambiental associada à uma redução de custos através da reciclagem de resíduos, por meio da economia de energia, de água e de outros recursos naturais. Além disso, pela manutenção ou aumento da atração de capital; prevenção dos riscos e da possibilidade de redução dos custos de seguro, boa reputação junto aos órgãos ambientais, comunidade e ONGs; possibilidade de obtenção de financiamentos com taxas reduzidas; homogeneização do gerenciamento ambiental em toda a empresa; incorporação da variável ambiental na cultura da estrutura organizacional. Todas essas ações serão possíveis a partir do cumprimento do item 4.4.1 da NBR ISO 14001:2004 – Recursos, funções, responsabilidades e autoridades.

Os recursos a serem disponibilizados pela alta direção irão abranger desde pequenos investimentos como a capacitação e o treinamento de funcionários e marketing verde, até uma central para a dosagem, produtos biodegradáveis e/ou menos agressivos, instalação de um sistema de aquecimento solar, adequação da estrutura física, medição de emissões gasosas e ruídos. Investimentos permanentes que deverão ser realizados está a contratação de assessoria ambiental para que se possa monitorar do SGA, uma assessoria jurídica com a finalidade de revisar legislação federal, estadual e municipal e questões envolvidas com a rotina desse novo processo de serviços e produtos relacionados com as atividades da Buriti Veículos.

Tratando-se da lucratividade é possível se obter resultados a curto, médio e longo prazos. A lucratividade de curto prazo seria a capitalização dos resíduos, sob seu descarte seguro feito pelas empresas responsáveis, destinação final correta e redução de custos de energia, água e aparas branca. Resultados de médio e longo prazos se relacionam com a conquista de uma fatia de cliente e mercado considerável (*marketing* “verde”) pela nova imagem de credibilidade da marca.

Pode a ISO 14001 ser utilizada como estratégia de marketing ambiental

sendo uma ferramenta capaz de projeção e sustentabilidade da imagem da empresa, difundindo-a com a partir de uma nova visão de mercado, destacando-se a sua diferenciação correta ecologicamente junto à sociedade, fornecedores, funcionários e ao mercado (SCHERER, 2006). A certificação na *Buriti Veículos* encontra-se em fase de andamento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A administração verde, a transformação de uma empresa em sustentável e a implantação do SGA, assumem grande veracidade e uma quantidade imensurável de benefícios que são trazidos para a organização. Além disso, a incorporação permanente da gestão ambiental na cultura organizacional no que se referem aos novos processos, os procedimentos e a consciência adquiridos. No presente e estudo buscou-se trazer novas concepções acerca de sugestões relacionadas com estratégias verdes que poderão ser adotadas pelas empresas que buscam obter diferencial ou um aliado forte contra a concorrência e na conquista de clientes e mercado.

Exigem-se no processo de implantação do SGA a realização de mudanças relacionadas com as concepções, valores e as condutas organizacionais. Como processo na qual a política e a visão empresarial são consideradas essenciais para que se alcance seu sucesso, é necessária a existência de procedimentos para a condução de valores aos envolvidos, de maneira que os gerentes, funcionários e os colaboradores entendam, apliquem e incorporem nas suas atitudes. Ainda que sejam modificações estruturais e físicas, como as modificações no processo, é necessária a realização de treinamento para que se tenha uma condução correta e eficaz.

É necessário que a empresa, ao adotar um sistema de gestão ambiental tenha condições de mantê-lo consolidado, pois, do contrário, poderá atrapalhar sua relação com *stakeholders*, fazendo com que se fragilize e comprometa todo o Sistema implantado. O descumprimento das leis que regem a questão ambiental pode ocasionar tensões enormes diante da severidade dos órgãos ambientais competentes, e a falta de cumprimento ao requisito 4.4.1, que trata sobre os recursos, funções, responsabilidades e autoridades dispostos pela NBR ISO 14001:2004, podem colocar em risco a saúde pública, e a integridade ambiental.

A consagração desse SGA vai se dar pela responsabilidade dos envolvidos, além da consolidação de processos, que permitem que sejam capitalizados recursos por conta de um bom gerenciamento dos resíduos. Essa gestão tem ainda como benefício a certeza de relacionar-se a organização com *stakeholders* treinados e competentes, garantindo sua eficiência, além da contribuição para a conservação dos recursos naturais.

A representação de uma visão mais ampla desse Sistema que envolverá a posterior implantação do SGA na Buriti Veículos, vai corresponder a um processo que deve, necessariamente, ser mútuo no que se refere ao relacionamento entre as partes interessadas, por meio da atuação de responsabilidades que pertencem à alta direção e *stakeholders*. Pode-se verificar que a essência dessas ações nesse processo precisa ser contínua de maneira que seja possível o alcance de resultados e que esse sistema flua.

Um outro fator interessante e que deve ser considerado nessa implantação é o alcance de benefícios a médio e longo prazos originados pela certificação desse Sistema. Vale salientar que a melhora da imagem da organização, vai atrair, certamente, uma grande parcela de mercado impulsionando as demais empresas do ramo a obterem essa mesma prática. Pontos de sustentabilidade vão indicar o desempenho ambiental recomendando-se uma avaliação contínua por meio dos indicadores de desempenho que serão adotados.

Além disso, recomenda-se que adquiram as empresas o “selo verde”, de emissão zero a ser expedida por uma credenciadora nacional visando a neutralização das emissões atmosféricas, ações voluntárias que propiciam o bem estar social. A adesão ao selo verde denota uma significação de estar a empresa esteja comprometida com responsabilidades ambientais que se referem à poluição atmosférica, um fator que agravaria o aquecimento global, discutidos atualmente. Vale salientar, que o SGA está em fase de implantação, de maneira que os resultados apresentados nesse projeto de estudo são ainda parciais, não sendo possível a abordagem holística do sistema.

ABSTRACT

The present study investigated the environmental accounting as a tool for sustainable development : a case study in a car dealership . Its overall objective was to identify the contribution of the Environmental Accounting for the sustainable use of natural resources with a view to minimizing the environmental impact on the company Buriti Vehicles Barriers / BA . Its specific objectives were: to describe the benefits of Environmental Accounting for companies in the sustainable use of natural resources , linked to economic growth , to identify existing variables in the inclusion of Environmental Accounting in business and determine the contribution of Environmental Accounting in the applicable company Buriti Vehicles Barriers in , and contribution to society with the minimization of impacts . The methodology used was based on field research conducted in the company , in order to know how is being held environmental management. The results obtained allow the affirmation that there is no even a concrete process of environmental management , which , however, is now being pursued with environmental agencies , in order to rectify the issue.

Keywords: Accounting. Environmental management. Benefits sustainability .

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. R., Y. CAVALCANTE & MELLO, C.S. **Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação, operação e verificação**.2. Ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Thex ED. 2004.

ANFAVEA – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS FABRICANTES DE VEÍCULOS AUTOMOTOR **Anuário Estatístico**, 2006.

ARBIX, G & VEIGA, J. **A Distribuição de Veículos sob Fogo Cruzado - Em Busca de um Novo Equilíbrio de Poder no Setor Automotivo**. Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores. A Hora e a Vez dos Distribuidores, 2003. Disponível em <<http://fenabrave.org.br>>. Acesso em 12 de junho 2013.

[ABNT] ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR ISO 9.001:2000 Sistemas de gestão da Qualidade - Requisitos ABNT, 2000**.

[ABNT] ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR 10.004:2004 Resíduos sólidos – classificação. ABNT, 2004**.

[ABNT] ASSOCIACAO BRASILEIRA DE NORMAS TECNICAS. **NBR ISO 14.001:2004 Sistemas de gestão ambiental - Requisitos com orientação para uso: ABNT, 2004.**

BERGAMINI JÚNIOR, Sebastião. **Contabilidade Ambiental.** Revista Pensar Contábil. Rio de Janeiro: nº 8, **2000.**

BIANCHI, P. N. L. **Meio ambiente: Certificações ambientais e comercio internacional.** 1a edição. 1a tir.-Curitiba: Juruá, 2003,292p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988,** 11a Ed., Brasília, Câmara dos deputados, 1999, 360p.

DONAIRE, D. **Gestão Ambiental na empresa /** 2a. Ed. – São Paulo: Atlas, 1999.
FERREIRA, A. C. S. **Contabilidade ambiental:** uma informação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo. Atlas, 2002.

KRAEMER, M. E. P. O impacto da contabilidade do meio ambiente no sistema de gestão ambiental. In SEMINÁRIO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL, 2., 2002, Aquiraz. **Anais do II Seminário da Responsabilidade Social e Ambiental.** Aquiraz: CE, 2002.

MAIMON, D. **ISO 14001: Passo a passo da implantação nas pequenas e médias empresas.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 1999.

MARTINI Jr, L C & GUSMÃO, A C. F. **Gestão Ambiental na Indústria.**Rio de Janeiro: Destaque, 2003.212p.

MORAIS, J. L.; **Randon meio século de trabalho – 1949-1999: da pratica a teoria, lições de historia, economia e administração, com acerto e erros na cultura empresarial brasileira.** Porto Alegre: Edições EST, 1999.

OICA. **World Motor Vehicle Production by Country.** ORGANISATION INTERNATIONALE DES CONSTRUCTEURS D'AUTOMOBILES. Disponível em <<http://oica.net/htdocs/Main.htm>>. Acesso em 4 mai 2013.

RANDON, Informativo das empresas Randon, número 97, setembro de 2006.

REIS, L.B., FADIGAS, E. A. A & CARVALHO, C.E. (editores) **Energia, recursos naturais e a prática do desenvolvimento sustentável,** Barueri, SP: Manole, 2005. 415p.

REIS, L. F. S. S. D & QUEIROZ, S.M.P. **Gestão Ambiental em pequenas e médias empresas.** Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

RIBEIRO, M. S. **Contabilidade Ambiental /** São Paulo: Saraiva, 2005.

SANTOS, A M. M. M; PINHAO, C. M. A. **Panorama geral do setor de autopeças.** Rio de Janeiro BNDES Setorial 11, março 2000.

VALE, C. E. **Qualidade ambiental: ISO 14000** / 5a. Ed. – São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2004.

VALLE, C.E. **Qualidade ambiental: o desafio de ser competitivo protegendo o meio ambiente, como se preparar para as normas ISO 14.000.** São Paulo: Pioneira, 1995.

VILAS, L. H. **Transporte Rodoviário de cargas no Brasil: Visão global e perspectivas.** Monografia de conclusão de curso. Faculdade de Economia – UFJF, 1992.

_____. **Gestão ambiental em concessionárias de veículos.** Anais do VII EXPOSINCODIV Encontro Mineiro dos Concessionários de Veículos, Belo Horizonte, MG, 2005.

VILAS, LH *et al.* **Panorama da certificação ambiental no setor automotivo brasileiro: um cenário das empresas Randon,** anais do II SEGET Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende, RJ, 2005.

_____. **Adequação das concessionárias de veículos no Brasil as normas da ISO 14001,** anais do XIV SIMEA Simpósio Internacional de Engenharia Automotiva, São Paulo, SP, 2006.

_____. **Licenciamento ambiental em concessionárias de veículos** anais da VI ECOLATINA – Conferência Latino Americana sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, Belo Horizonte, MG, 2006.

_____. **Perfil das concessionárias de veículos certificadas pela ISO 14001,** anais do III SEGET Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, Resende, RJ, 2006.

VILAS, LH; Magalhães, M.A. **Perfil das oficinas de manutenção e reparação automotiva localizadas na zona da mata e leste mineiro quanto a gestão de resíduos** , anais do II SIMEA Simpósio Mineiro de Engenharia Ambiental, Viçosa, MG, 2006.

WERNKE, Rodney. **Custos ambientais: uma abordagem teórica com ênfase na obtenção de vantagem competitiva.** Revista de Contabilidade do Conselho Regional de São Paulo. São Paulo – SP: ano 5, nº 15, p. 40-49, mar. 2001.